

John Keay
HISTÓRIA DA ÍNDIA

Das primeiras civilizações
ao desenvolvimento no século XXI

Traduzido por **Miguel Mata**

Índice

<i>Nota do Editor</i>	9
<i>Escrever em Português sobre a Índia</i>	11
<i>Lista de ilustrações</i>	15
<i>Lista de mapas</i>	19
<i>Gráficos e quadros</i>	21
Nota do autor à terceira edição	25
Introdução	27
1 O mundo de Harapa, c. 3000-1700 a. C.	41
2 Valores védicos, c. 1700-900 a. C.	62
3 A idade épica, c. 900-520 a. C.	83
4 Do fumo do mito, c. 520-c. 320 a. C.	106
5 A glória dos Maurias, c. 320-200 a. C.	131
6 Uma época paradoxal, c. 200 a. C.-c. 300	158
7 Ouro gupta, c. 300-500	190
8 Os senhores do universo, c. 500-700	220
9 Darma e desafio, c. 700-c. 900	249
10 Nataraja, o domínio da dança, c. 950-1180	275

HISTÓRIA DA ÍNDIA

11	O triunfo dos sultões, c. 1180-1320.....	307
12	Outras Índias, 1320-1525.....	341
13	A criação do Império Mogol, 1500-1605.....	373
14	Pompa mogol e circunstância indiana, 1605-1682.....	408
15	Do <i>Taj</i> ao <i>Raj</i> , 1682-1750.....	441
16	A conquista britânica, 1750-1820.....	481
17	A <i>Pax Britannica</i> , 1820-1880.....	517
18	O despertar da nação, 1880-1930.....	558
19	Ao bater da meia-noite, 1930-1948.....	601
20	Cirurgias, 1948-1965.....	633
21	O espectro do separatismo, 1962-1972.....	666
22	«Democratanga», 1972-1984.....	694
23	Uma pequena história vai muito longe.....	718
	<i>Notas</i>	757
	<i>Bibliografia</i>	773
	<i>Índice remissivo (com glossário)</i>	789

O mundo de Harapa c. 3000-1700 a. C.

O DILÚVIO

Na tradição hindu, tal como nas tradições judaica e cristã, diz-se por vezes que a antiguidade «gerível» começou com o Dilúvio. O Dilúvio varre a obscuridade da velha ordem e serve o propósito universal de estabelecer o seu único sobrevivente como o fundador de uma sociedade homogénea na qual todos descendem do mesmo antepassado. É o sinal de um novo começo, e depois há muita procriação.

Na Bíblia, o Dilúvio resulta do desagrado divino. Deus, enfurecido com a desobediência e a maldade do homem, decide anular a sua criação mais nobre; somente o probo Noé e a sua família são considerados dignos de sobrevivência e de oferecerem uma segunda hipótese à humanidade. O dilúvio indiano é muito diferente. Segundo o mais antigo dos relatos existentes, o Dilúvio que atingiu o povo da Índia foi uma ocorrência natural. Manu, o equivalente de Noé, sobrevive graças a um simples gesto de bondade, e, de forma espantosa para uma sociedade que adorava deuses do vento e da tempestade, não é mencionada nenhuma divindade.

Uma manhã, quando Manu se estava a lavar, ficou com um peixinho nas mãos. O peixe implorou a protecção de Manu, dizendo: «Cuida de mim. Um dia, vou salvar-te». O peixinho disse que, para não ser

devorado por peixes maiores, necessitava de protecção até crescer. Pediu para ser posto num jarro, e depois, quando aumentasse de tamanho, num lago, e finalmente no mar. E Manu assim fez.

[Um dia,] o peixe avisou Manu da iminência de uma inundaçãõ e aconselhou-o a construir um barco e a embarcar aquando da chegada da torrente. As águas começaram a subir na altura prevista e Manu embarcou. O peixe nadou até ele e Manu amarrou o barco ao seu bico [talvez fosse um espadarte] e subiu rapidamente a montanha a norte. O peixe disse a Manu para amarrar o barco a uma árvore, para subir a montanha, e para desembarcar somente depois de as águas baixarem.

Por conseguinte, Manu desceu gradualmente a encosta, que se chama Manoravataranam (Descida de Manu). As águas engoliram os três céus e só Manu se salvou.⁽⁵⁾

Esta é a versão mais antiga do Dilúvio, registada no *Brâmana Satapata*, um dos apêndices prolixos dos hinos sagrados conhecidos por Vedas, que são das mais antigas obras religiosas do mundo. Alguns Vedas, escritos na língua clássica, o sânscrito, datam de antes do primeiro milénio antes de Cristo. Juntamente com obras posteriores como os *Brâmanas* e as duas grandes epopeias em sânscrito, o *Maabarata* e o *Ramaiana*, constituem um legado literário glorioso de onde foram derivados todos os conhecimentos sobre a história da Índia até cerca de 500 a. C.

A história de Manu e do Dilúvio, breve e pertinente, cumpre o seu propósito de apresentar um novo progenitor da raça humana e, já agora, de explicar o nome de uma montanha. Mas esta interpretação afigurou-se demasiado modesta para gerações posteriores. O mito, o fumo da história, recebe significados novos e mais relevantes quando é olhado milénios depois. Com o passar do tempo, a situação difícil do peixinho, ameaçado de ser devorado por um peixe maior, tornou-se uma metáfora em sânscrito para um estado de anarquia (*matsianiaia*) equivalente à «lei da selva». O dilúvio de Manu, tal como o de Noé, passou a ser visto como o meio de pôr fim ao caos. E quem melhor para resolver a situação e salvar a humanidade do que o deus Vishnu? Vishnu, que era uma divindade menor quando os Vedas foram escritos, foi ganhando proeminência como o grande preservador do mundo no panteão hindu e segundo membro da sua trindade.

Por conseguinte, com o passar do tempo, o Dilúvio tornou-se um símbolo da ordem nascida do caos através da intervenção divina e o peixe (*matsia*) foi considerado a primeira das nove encarnações (*avatara*) de Vishnu. O mito, por muito antigo que seja, serve as necessidades do momento – tal como a história, quer na Índia, quer noutras paragens.

Alguns historiadores dataram o Dilúvio com muita exactidão: 3012 a. C., o ano em que, depois de cálculos complexos, concluíram que começou a nossa era, a Cáli Iuga na cosmologia indiana, e quando Manu se tornou o progenitor de um novo povo, e o seu primeiro grande rei e legislador. Também é a primeira data credível da história da Índia, e sendo de uma exactidão tão inesperada, merece respeito.

Outros historiadores, apesar de aceitarem a importância de 3102 a. C., disseram que este ano não era a data do Dilúvio, mas da Guerra dos Báratas. Esta guerra, um conflito de tipo troiano travado nas proximidades de Deli, envolveu deuses e homens e foi imortalizada numa epopeia em sânscrito, o *Maabarata*, cuja composição das cerca de 100 000 estrofes foi ela própria uma epopeia. Foi esta guerra, e não o dilúvio, que marcou o início da nossa era, logo, diz-se que deve ter decorrido em 3102 a. C. Esta datação foi sustentada com cálculos astronómicos complexos e com uma inscrição de um templo de Airole, no estado sul-indiano de Carnataca.

Todavia, o memorialista de Airole, que fez um donativo ao seu templo, a 1600 quilómetros de Deli e quase quatro mil anos depois, deve ter-se enganado. Segundo as genealogias dos *Puranas*, um conjunto posterior de «lendas antigas», entre o Dilúvio e a guerra passaram-se noventa e cinco gerações; outras provas, decorrentes de investigações académicas mais recentes e mais rigorosas, dizem que a guerra ocorreu muito depois do quarto milénio da Era Cristã. Segundo a *History and Culture of the Indian People*, uma obra clássica em muitos volumes encomendada nos anos 50 do século xx para assinalar a libertação da Índia do domínio e do academismo estrangeiros, o maior acontecimento da história antiga da Índia – e a inspiração para o poema mais longo do mundo – teve lugar em «cerca de 1400 a. C.».

No entanto, a data de 3102 a. C. ficou entalada na garganta histórica. As incertezas da cronologia antiga da Índia são tantas que não é uma burilada que vai negar ao historiador o luxo de uma data real.

A corroboração da ideia de que talvez se possa aplicar a um Dilúvio veio de escavações no distante Iraque relacionadas com uma das antigas civilizações da Mesopotâmia. Os arqueólogos encontraram provas de uma inundação horrível que submergiu a cidade suméria de Xurupaque e que se datou, com alguma confiança, do fim do quarto milénio antes de Cristo. Por conseguinte, a data de 3102 a. C. parece bastante adequada para a inundação.

A inundação suméria e a história do Génesis na *Epopéia de Guilgamexe*, que dela terá derivado, é considerada a origem da lenda do Dilúvio que chegou às tradições judaica e cristã. No entanto, em muitos aspectos, a narrativa suméria ressoa mais na versão indiana do que na semítica. Por exemplo, tal como na tradição hindu posterior o peixe de Manu se torna uma encarnação do grande deus Vishnu, a divindade suméria que salva a humanidade é frequentemente representada como um peixe. Segundo Romila Thapar, «a concordância dos detalhes é espantosa»⁽⁶⁾. Os pormenores indiciam fortemente uma fonte comum para o mito mais popular do Génesis, e Thapar e outros académicos, sempre prontos para denunciar o plágio cultural, vêem em Manu e Noé manifestações de um protótipo sumério.

A tendência para sincronizar e subordinar as coisas indianas a acontecimentos e feitos paralelos das histórias de países a ocidente da Índia é um tema recorrente da historiografia indiana e tem sido um alvo legítimo de alguns historiadores indianos, que por vezes vão ao outro extremo: negam a chegada à Índia de todo e qualquer ímpeto criativo, invenção tecnológica ou mesmo convenção estilista provenientes do ocidente – ou mesmo do Ocidente. No caso do Dilúvio, talvez tenham razão. As gentes do Norte da Índia, sujeitas ao dilúvio anual das monções e habitando principalmente as planícies aluviais criadas por sistemas de rios notoriamente errantes, tiveram sempre muito mais experiências de inundações e muito mais motivos para as recearem do que os seus vizinhos das terras tipicamente mais áridas da Ásia Ocidental.

As inundações, apesar de serem hoje mais associadas ao litoral oriental do subcontinente indiano e ao Bangladexe, continuam a atingir anualmente áreas enormes das bacias do Ganges e do Indo. Uma destas inundações gangéticas, que os arqueólogos dataram por volta de 800 a. C., destruiu a cidade de Hastinapura, que depois da

Guerra dos Báratas se tinha tornado a capital dos descendentes de Arjuna, um dos principais protagonistas do conflito. Tendo em conta que a inundação de Hastinapura também está registada na tradição textual em sânscrito, que diz que a cidade era governada pelo seu sétimo soberano desde a guerra, foi avançada uma data aproximada para o conflito, cerca de 975 a. C.

Por conseguinte, já temos três datas para a luta titânica registada no *Maabarata*: 3102, c. 1400 e c. 950 a. C. Um ou dois mil nios para um lado ou para o outro é muito tempo, mesmo em termos pr -históricos. A história da  ndia, não obstante a sua antiguidade indubitável, oferece muito espaço de manobra. Uma palavra mal traduzida de um dos muitos textos volumosos, dificeis e a partir dos quais, muito depois da sua criação, os versos v dicos foram escritos, pode criar o caos. De igual modo, uma descoberta casual sem uma proveniência evidente pode dar origem a grandes revisões.

Alguns especialistas consideram que outra inundação, posterior   sum ria mas muito anterior   de Hastinapura, logo, uma forte candidata a ser a de Manu, terá atingido as plan cias do Baixo Indo, no actual Paquistão. Os geólogos dataram-na de pouco depois de 2000 a. C. e acreditam que poderá ter sido uma sucessão de enchentes. Desconhece-se se foram causadas por altera es climáticas, por movimentos tect nicos no rio que resultaram em represas e na formação de lagos, ou pelos efeitos cumulativos do assoreamento anual, mas independentemente das causas, as inundações foram m s para os agricultores, que tinham inaugurado uma economia extremamente produtiva baseada no cultivo de cereais nos solos férteis ao longo do rio. A chave do seu sucesso era a gestão da subida sazonal do rio para enriquecerem e irrigarem os campos. O excedente agrícola anual tinha gerado riqueza, encorajado os ofícios e fomentado o comércio. As povoações tinham-se transformado em cidades. No Baixo Indo e seus afluentes, tinha-se desenvolvido uma das primeiras sociedades urbanas, contemporânea das do Nilo e do Eufrates e rival para o rótulo de «berço da civilização».

Mas de repente, pouco depois de 2000 a. C., segundo os arqueólogos, chegaram as inundações. Talvez não tenham submergido esta civilização precoce, mas não há d vida de que a obliteraram. Com o passar do tempo, sucessivas camadas de lodo do Indo, possivelmente

empurradas pelo vento e trazidas pela água, entupiram as ruas, apodreceram as madeiras e ultrapassaram os telhados. O nível do solo subiu dez metros e o lençol freático acompanhou-o. Entretanto, o rio recomeçou a correr e encontrou novos canais para causar inundações. Em cima das cidades, remetidas para o oblívio debaixo de toneladas de aluvião, outras pessoas pastavam cabras, semeavam e urdiam os seus mitos. Uma grande civilização caiu no esquecimento.

As suspeitas da sua existência só surgiram quase quatro mil anos mais tarde, no princípio da década de 20 do século xx. Os arqueólogos indianos e britânicos que estavam a investigar as ruínas posteriores e mais visíveis de Moenjodaro, em Sinde, e em Harapa, no Panjabe, fizeram, por puro acaso, a maior descoberta pré-histórica do século xx. Chamaram-lhe «civilização do vale do Indo» e fizeram comparações óbvias com as do Egipto e da Suméria – aliás, pensaram que poderia ser uma ramificação da segunda. Mais tarde, quando a sua cultura sofisticada e surpreendentemente uniforme se tornou mais visível, foi atribuído um estatuto distinto à civilização do vale do Indo. E quando se descobriu que o seu alcance cultural abarcava muitos outros sítios, muitos dos quais bastante longe do vale do Indo, foi rebaptizada com o nome de um desses lugares: civilização de Harapa.

De repente, a história da Índia adquiriu uma rica linhagem pré-histórica com uma antiguidade arqueologicamente verificável. Parecia estar-se na presença de uma digna companheira do legado literário em sânscrito, de uma antiguidade igualmente impressionante, mas exasperadamente incerta, composto pelos Vedas e textos conexos – os *Brâmanas* e os *Puranas* e epopeias como o *Maabarata*. Talvez estas duas fontes muito diferentes, uma exclusivamente arqueológica e a outra exclusivamente literária, se complementassem: uma civilização antiga e imensamente distinta seria revelada em toda a sua multidimensionalidade.

Os achados de Harapa incluíram edifícios, ferramentas, artefactos, jóias e algumas esculturas. Foram descobertos pormenores íntimos sobre a habitação, a alimentação, a medicina dentária e a eliminação de resíduos. O comércio marítimo com a Suméria foi comprovado e levou à datação por correlação com as cronologias de ambas as culturas. A datação por carbono-14 produziu datas comparativas de mais ou menos um século. Os Harapianos pareciam ter tido um sistema

de escrita: foram identificados cerca de quatrocentos caracteres, cada um dos quais, segundo se deduziu, representava uma palavra, e que se liam da direita para a esquerda. Os sanscritistas perceberam que não se tratava do sânscrito, a língua do legado védico, mas podia ser uma espécie de proto-dravidiano, o pai das línguas do Sul da Índia, e a escrita sugeriu semelhanças com brami, a escrita indiana mais antiga identificada e lida até hoje. Parecia ser apenas uma questão de estudo minucioso até à compreensão da língua de Harapa e à revelação dos segredos da sua civilização.

Infelizmente, apesar dos esforços dos especialistas e do potencial descriptador dos computadores, a escrita continua por decifrar. Por conseguinte, falta-nos um registo inteligível dos Harapianos escrito por eles próprios. Quem eram? Quem adoravam? Terão estabelecido um Estado ou Estados reconhecíveis? Não nos dizem nada. Como chegaram ali? E o que lhes aconteceu no fim? Não sabemos. Era uma história com datas aproximadas, cidades, indústrias e artes, mas sem nenhum acontecimento registado. Era uma sociedade com uma cultura extensa e distinta, mas, com excepção de uma meia-dúzia de ossadas pouco úteis, sem pessoas, aliás, sem um único nome.

Mas a tradição literária dos Vedas oferecia nomes numa abundância estonteante. Reis, heróis, deuses, demónios, lugares e pessoas jorram dos Vedas, *Brâmanas*, *Puranas* e epopeias como que prontos para a criação de um índice histórico. Embora nenhum lugar, nem nenhum caco ou artefacto, possa ser identificado com certeza com as pessoas que escreveram estes versos, e embora a sua cronologia permaneça envolta numa incerteza exasperante, sabemos que eles se chamavam a si próprios Árias – daí «ariano» – e conhecemos o seu estilo de vida, a sua organização social, as suas crenças e os seus inúmeros ascendentes e descendentes. Em suma, era uma gente orgulhosamente obcecada pelo passado, que se definia em termos de linhagens com várias gerações que chegavam até Manu, e cujos registos poderiam oferecer à enigmática civilização de Harapa o pormenor humano que lhe faltava.

Mas não. De facto, como veremos, embora as civilizações harapiana e ariana se tenham sobreposto em termos geográficos e possivelmente cronológicos, não existe nenhuma coincidência entre ambas. A história da Índia começa com o irreconciliável. Somente nos últimos

anos foram sugeridas ligações sustentáveis entre os povos harapiano e ariano, mas estas ligações, apesar de tentadoras, são poucas e inconclusivas. A história da Índia, tal como é hoje compreendida, deve ser vista como começando com duas culturas lastimavelmente separadas.

Mas esta situação pode servir de aviso. Apesar da abordagem selectiva e facciosa de muitos historiadores nacionalistas, a Índia geográfica não é nem nunca foi uma única entidade político-cultural. De facto, a sua divisão entre o Paquistão, a Índia e o Bangladexe, longe de negar uma unidade intrínseca, constitui uma simplificação notável da sua pluralidade tradicional. As analogias – se há que fazê-las – não devem ser com o Egipto nem com a Grécia, mas com entidades regionais de tamanho semelhante, como o Médio Oriente ou a Europa. E tal como no Médio Oriente as antigas civilizações do Egipto e da Mesopotâmia floresceram em simultâneo, ou como depois, na Europa, os Impérios Bizantino e Carolíngio reclamaram ambos a proeminência sem entrarem necessariamente em conflito, assim é o caso da Índia.

Mas infelizmente, esta situação não é conducente a uma história narrativa fluente. Numa massa terrestre tão vasta e variada como o subcontinente sul-asiático, não é possível determinar uma progressão linear ordeira entre florescimentos culturais, dinastias ou construtores de impérios. A única coisa que dá precedência aos Harapianos e à sua cronologia em relação aos Arianos e à sua literatura é uma cronologia muito incerta e não uma progressão sequencial.

UM VERDADEIRO IMPÉRIO

Para quem conhece o Egipto dos faraós, os inúmeros buracos que são os sítios arqueológicos harapianos poderão ser banais. É difícil não simpatizar com o primeiro arqueólogo que investigou Moenjodaro. «Fiquei muito desiludido», escreveu D. R. Bhandarkar no seu relatório. Ele estava na província de Sinde, uma região principalmente desértica, no Inverno de 1911-1912, como arqueólogo superintendente do Ramo Ocidental do Serviço Arqueológico da Índia. «Moenjodaro», escreveu ele, significava «Monte dos Mortos».

Havia um grande montículo e seis mais pequenos. E o arqueólogo superintendente classificou-os de «não representativos dos restos de (...) nenhum monumento antigo» – deve ter-se arrependido.

Segundo a tradição local, são as ruínas de uma cidade com apenas duzentos anos. (...) Isto não parece incorrecto porque os tijolos aqui encontrados são do tipo moderno e não existe uma única estatueta de terracota no meio das ruínas⁽⁷⁾.

Esta afirmação completamente errada deve ser uma das maiores *gaffes* da arqueologia.

Os visitantes menos qualificados de hoje, apesar de dispostos a perdoarem a ausência de «estatuetas de terracotas», tendem a lamentar a existência de estruturas mais visíveis. Em Moenjodaro, não há pirâmides nem zigurates, não há torres esculpidas nem estruturas poderosas com fossos e taludes nas estradas longas e poeirentas. À primeira vista, é como se o maior sítio arqueológico harapiano nunca tivesse sido uma cidade, mas apenas os fundamentos e fundações de uma cidade.

Mas não é de todo o caso. Nas profundezas do «Monte dos Mortos» houve actividade e trabalho. Por detrás das fachadas descaracterizadas, viveram famílias, os artesãos exerceram os seus ofícios e os vendedores transaccionaram as suas mercadorias. Se não existiram monumentos atractivos, não foi, ao contrário do que parece, por falta de orgulho ou orientação cívicos. Talvez isto nos diga algo sobre a natureza da autoridade no Estado harapiano e sobre a organização da sua sociedade, e não restam dúvidas de que é indicativo da escassez de materiais à disposição dos construtores da cidade.

Na região do Baixo Indo, há quatro mil anos, a pedra era tão escassa como hoje. As árvores, apesar de mais abundantes do que hoje e talvez bastantes para as necessidades dos telhadores, não parecem ter sido suficientemente desenvolvidas para grandes construções. A madeira era usada como combustível para fornos para cozer tijolos. Os Harapianos construíram quase exclusivamente com tijolos cozidos ao sol ou nos fornos, e a excelência do seu trabalho é comprovada pela sobrevivência, ainda que no subsolo, de muitas estruturas construídas com este material relativamente quebradiço. Ao pressupor que os

tijolos eram «do tipo moderno», Bhandarkar fez involuntariamente um grande elogio aos tijoleiros harapianos.

Mas os Harapianos decerto sabiam que as estruturas de tijolo têm limitações. É possível fechar e dividir facilmente grandes espaços; as plantas de algumas casas de Moenjodaro não ficam a dever às de hoje, e estruturas individuais maiores, presumivelmente edifícios públicos, cobrem áreas equivalentes a metade de um campo de futebol; alguns muros, que são obviamente defensivos, têm treze metros de espessura. Todavia, o tijolo, ao contrário da pedra, tem de ser pequeno para cozer bem, logo, é menos adequados para estruturas muito altas e monumentos duradouros. O sol, o sal e o vento dão cabo da argamassa de lama, e o peso provoca deformações. Poucos – ou nenhum – edifícios de Moenjodaro tinham mais de dois andares. Mesmo partindo do princípio de que os Harapianos aspiraram às extravagâncias monumentais dos seus contemporâneos egípcios, é difícil ver como as teriam concretizado.

No entanto, os banais montes de lama e entulho das cidades e povoações harapianas impressionaram os sucessores de Bhandarkar no Serviço Arqueológico. R. D. Banerji e Sir John Marshall ignoraram o relatório dele e retomaram as explorações em Moenjodaro no fim dos anos 20 do século passado. Ernest Mackay e Sir Mortimer Wheeler deram continuidade ao seu trabalho e também reexaminaram Harapa, um conjunto de montículos no Panjabe de onde no século XIX foram retiradas carradas de tijolos semelhantes aos de Moenjodaro para serem usados como lastro para uma secção de 160 km da linha ferroviária Laor-Multã. Depois da independência e da divisão do subcontinente, em 1947, B. B. Lal, J. P. Joshi, S. R. Rao, M. Rafique Mughal e outros alargaram as pesquisas a muitos outros sítios arqueológicos, com resultados espectaculares. O que espantou estes pioneiros e que continua a ser a característica distintiva das centenas de sítios arqueológicos harapianos é a sua aparente similaridade: «A nossa maior impressão é de uniformidade cultural, quer nos vários séculos de florescimento da civilização de Harapa, quer no vasto território que ocupou.»⁽⁸⁾

Por exemplo, os tijolos têm todos as mesmas dimensões, tal como os cubos de pedra usados pelos Harapianos para pesagens são normalizados e baseados num sistema modular. A largura das estradas

também é modular: as ruas têm geralmente o dobro da largura das ruelas secundárias e as vias principais têm uma largura 1,5 ou 2 vezes maior do que a das ruas. A maior parte das ruas estudadas pelos arqueólogos são direitas e têm uma orientação norte-sul ou este-oeste. Por conseguinte, os planos das cidades seguem um padrão de grelha regular e parecem ter mantido esta disposição durante as várias fases de reconstrução. Na maior parte dos casos, a planta consiste em dois complexos completamente separados, um aparentemente residencial e comercial (a «cidade baixa»), e o outro construído sobre uma enorme plataforma de tijolos (a «cidadela») e dotado de estruturas mais ambiciosas. A «cidadela» situa-se sempre a oeste da «cidade baixa». Os centros urbanos harapianos, além de terem sido claramente as primeiras cidades da Índia, foram as primeiras cidades projectadas do mundo. Dada a quase inexistência de planeamento no posterior desenvolvimento urbano do subcontinente, foram consideradas exemplos únicos até ao século XVIII, quando o marajá Jai Singue I decidiu planear a sua «cidade cor-de-rosa» de Jaipur, no Rajastão.

As ferramentas, os utensílios e os materiais harapianos confirmam esta impressão de uniformidade obsessiva. Os Harapianos, que desconheciam o ferro – que só foi conhecido no mundo no terceiro milénio antes de Cristo –, cortaram, raspavam, biselaram e brocaram com uma «competência sem esforço» usando um conjunto normalizado de ferramentas de cherte, uma variedade de quartzo, ou de cobre e bronze. Estes, juntamente com o ouro e a prata, eram os únicos metais disponíveis. Também eram usados no fabrico de recipientes e estatuetas, e de uma variedade de facas, anzóis, pontas de flecha, serras, buris, foices, alfinetes e braceletes. Quanto aos pratos, taças, potes, frascos e figurinhas produzidos pelos ceramistas, são tudo o que seria de esperar de mestres tijoleiros: bem feitos, com uma decoração competente, mas contida, e previsivelmente uniformes no que toca ao desenho. Em suma, a uniformidade na tecnologia «é tão vincada como no planeamento urbano, e é possível tipificar cada ofício através de um único conjunto de peças retiradas do mesmo sítio arqueológico»⁽⁹⁾.

E o que tornou esta coerência ainda mais notável é a área na qual os Harapianos a mantiveram. Com Moenjodaro e Harapa

afastados quase seiscentos quilómetros, percebeu-se de imediato que a civilização do «vale do Indo» era mais extensa do que as suas contemporâneas, o Império Antigo egípcio e a Suméria mesopotâmica. No entanto, o vale do Indo revelou-se apenas a área nuclear. Depois da descoberta dos seus principais sítios arqueológicos (Moenjodaro, em Sinde, e Harapa, no Panjabe), a civilização de Harapa tem-se expandido mais de uma província por década. Foram descobertos mais sítios no Paquistão, não só em Sinde e no Panjabe (onde existiu uma terceira grande cidade em Forte Deravar, na fronteira do deserto com a Índia), mas também na fronteira com o Irão, no Baluchistão, e na Província da Fronteira Noroeste. A Índia, para não ficar atrás, tem um importante aglomerado de sítios arqueológicos no Guzerate, outro no Rajastão e povoações mais dispersas nos estados de Panjabe, Harianá, Utar Pradexe, e Jamu e Caxemira. Subsequentemente, a centenas de quilómetros a noroeste, em Xortugai, perto do rio Oxo (Amudária), na fronteira entre o Afeganistão e a Rússia, foi identificada uma possível povoação ou «colónia» harapiana. De Lotal, uma povoação pequena mas importante no Guzerate que poderá ter sido um porto, até Xortugai, nas montanhas do Badaquexão, onde os Harapianos obtinham provavelmente lápis-lazúli, são mais de 1600 km de distância, e a distância este-oeste entre Alanguirpur, no Alto Ganges, até Sutcaguém Dor, na costa do Macrão, não é muito menor.

Naturalmente, este filão de novos sítios arqueológicos deu origem a algum revisionismo. A uniformidade da cultura harapiana, inevitavelmente amolgada por adaptações locais às extremidades de deserto, de montanhas e marítimas de uma área tão vasta, já não é dada como certa. As teorias baseadas na uniformidade acerca da existência de uma autoridade central poderosa, de uma administração omnipresente e de uma sociedade fortemente regulada e estratificada também foram afectadas. Os pressupostos fáceis assentes numa meia-dúzia de sítios arqueológicos parcial e imperfeitamente estudados são classificados de «velhos lugares-comuns» pela nova geração de académicos e especialistas de campo, que vai separando cuidadosamente o incontraído do fantasioso.

Mas foi resolvido um mistério. Marshall e outros pioneiros ficaram intrigados com o aparecimento do nada de uma cultura tão sofisticada. Desconhecedores da existência de quaisquer outras culturas

O MUNDO DE HARAPA, c. 1900 a. C.



da Idade do Bronze na região, não impressionados com as características indianas da arquitectura e dos artefactos harapianos, e pressupondo, erroneamente, datas entre 3500 e 3000 a. C., olharam para oeste à procura de uma explicação e sugeriram que a civilização do vale do Indo devia ser uma colónia ou ramificação da civilização mesopotâmica ou mesmo micénica. Hoje, esta ideia é completamente insustentável. Em muitos lugares a oeste do Indo, no Baluchistão e no Afeganistão, bem como no próprio vale do Indo, descobriram-se suficientes povoações pré-harapianas e do Harapiano Primitivo para identificar a progressão de caçadores-recolectores para residentes urbanos através dos vários estágios da pastorícia, povoamento agrícola, progresso tecnológico e refinamento cultural. Não existe o mesmo consenso acerca dos períodos Harapiano Tardio e Pós-Harapiano, mas hoje é possível enquadrar a maior parte dos sítios arqueológicos calcolíticos da região numa destas categorias e avançar datas aproximadas para cada um.

Por volta de 3000 a. C., os povos pré-harapianos, designados pelos seus sítios arqueológicos e caracterizados principalmente pelos seus estilos de cerâmica, já construíam casas e cultivavam a terra. Conheciam alguns metais e tinham acesso, através de ligações comerciais, a outros materiais preciosos e a manufacturas. Por volta de 2600 a. C. – a datação varia de local para local –, o aparecimento de estilos de cerâmica e ferramentas tipicamente harapianos anuncia a fase Harapiano Primitivo. As casas de tijolo assumem um desenho regular, com um pátio rodeado de salas. As figurinhas antecipam os estilos harapianos posteriores. Perto do fim do milénio, digamos, em 2300 a. C., este estilo do Harapiano Primitivo dá lugar à fase do Harapiano Maduro, na qual surge o rol completo dos artefactos harapianos: tijolos e potes normalizados; ruas regulares por cima de uma rede de esgotos bem construída; estatuetas de terracota típicas; uma produção notável de artefactos decorativos, incluindo com contas, faiança e conchas; mais ferramentas de cobre e bronze e uma abundância de selos e impressões misteriosos, nos quais se destaca a escrita enigmática. Em alguns casos, para criar a típica grelha de ruas, os locais foram aparentemente desobstruídos e reconstruídos. Outros lugares foram brevemente abandonados e depois reconstruídos, e outros sugerem uma continuação de estilos não harapianos

ou pré-harapianos, em particular, na cerâmica, lado a lado com o Harapiano Maduro. Por conseguinte, não são claras as relações – tributárias, migratórias, de conquista, de casamentos entre membros de diferentes classes sociais ou raças, ou de atracção cultural – subjacentes à transição para a normalização acrescida.

O período do Harapiano Tardio ainda é mais inconsistente. Por volta de 1900 a. C., Moenjodaro foi gradualmente abandonada, talvez por causa das inundações e da decorrente salinização dos solos. Calibangão, uma cidade importante do Rajastão, sofreu um destino semelhante, mas talvez devido à desertificação e à secagem do rio Gagara. Noutros lugares, existem provas do declínio da autoridade e da diminuição da população, possivelmente devido à migração das povoações centrais. Contudo, em algumas áreas periféricas como Guzerate, Harianá e Panjabe, o declínio é menos acentuado e poderá mesmo ter havido um aumento da actividade e da população.

A dispersão ou a diluição são evidentes pela prevalência de estilos de cerâmica não harapianos, e o empobrecimento e a disrupção notam-se pelo abandono gradual da escrita e pelo desaparecimento das manifestações mais fantasiosas da cultura harapiana, incluindo a normalização obsessiva. Por outro lado, as competências artesanais e agrícolas sobreviveram. Por exemplo, a fição e a tecelagem do algodão, nos quais os Harapianos parecem ter sido pioneiros no mundo, ter-se-á disseminado gradualmente pela Índia, dado que era comum em meados do primeiro milénio antes de Cristo. Os têxteis mais finos passaram a ser um produto importante e atraíram à Índia mercadores romanos, árabes e europeus.

Pode dizer-se o mesmo em relação à carroça puxada por bois, que foi tanto um lugar-comum do mundo harapiano como é hoje do subcontinente indiano, e é possível que os Harapianos tenham sido os primeiros do mundo a usar transportes com rodas. Muitos brinquedos de terracota e bronze em forma de carroça são testemunhos do orgulho dos Harapianos neste avanço tecnológico, e a largura generosa das suas ruas terá sido ditada pelo tráfego.

O abastecimento de cidades com o tamanho de Moenjodaro, que teria 30 000-50 000 habitantes, necessitou não só de transportes fluviais e rodoviários eficazes, mas também de excedentes agrícolas garantidos, uma mão-de-obra numerosa e meios de armazenamento